

## **A PRESENÇA INDÍGENA NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE ÁGUAS BELAS, PERNAMBUCO.**

Mariana Albuquerque Dantas\*

**RESUMO:** Grande parte das cidades contemporâneas do interior de Pernambuco foi constituída através de fluxos populacionais variados de colonos, mas principalmente a partir das relações destes com índios aldeados. Na região em que hoje está situada a cidade de Águas Belas, no agreste pernambucano, podemos acompanhar as trocas vivenciadas entre índios e não-índios no seu estabelecimento e desenvolvimento durante o final do século XVIII e o XIX. O objetivo deste artigo é trazer uma discussão sobre a formação desta cidade, conferindo enfoque na participação indígena na vida cotidiana local por meio das relações de conflito e alianças estabelecidas com não-índios. Dessa forma, a análise do caso de uma cidade e de sua dinâmica social marcada pela presença indígena, contribui para o debate de novas questões sobre a formação do interior de Pernambuco.

Palavras-chave: aldeamento; cidade; dinâmica social.

**ABSTRACT:** Most of the current cities in Pernambuco countryside was constituted through the mixed flows of settlers, but mainly from the relationship between those settlers and the existing Indians' village. In the zone known as Agreste Pernambucano, there is a city called Águas Belas, where we can track the trades between Indians and non-Indians in the settlement and understand the development of the place from in the end of the XVIII<sup>th</sup> century and along the XIX<sup>th</sup> century. The focus of this article is to bring a discussion about the formation of this city, giving attention to the indigenous participation in the local daily life through the relations of conflict and alliance developed with the non-Indians. In this way, the analyses of the case of a city and its social dynamics marked by indigenous presence, that contributes to the debate bringing new questions about the countryside formation of Pernambuco's State.

Keywords: Indians village; city; social dynamics.

O município de Águas Belas está localizado na mesorregião agreste do estado de Pernambuco, na fronteira com Alagoas, distando 315 km de Recife. O centro urbano do município está compreendido num espaço entre dois pontos geográficos de referência para a região: a Serra do Comunati e o rio Ipanema, um dos afluentes do São Francisco. Ambos possibilitam o cultivo de vários produtos, como feijão e milho, devido à fertilidade do solo, sendo esta uma característica fundamental para a agricultura e

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

pecuária tendo em vista os arredores cobertos por uma vegetação seca na maior parte do ano.<sup>1</sup>

Esse mesmo espaço de importância vital para o município nos dias atuais foi o lugar onde foram estabelecidos alguns aldeamentos em finais do século XVII e início do XVIII, cujo desenvolvimento ocorreu concomitantemente à criação do povoado de não-índios que daria origem à vila e, depois, ao município de Águas Belas. Atualmente, vizinha a essa cidade, encontra-se a Terra Indígena Fulni-ô, com uma população que mantém intensas relações com os não-índios águas-belenses na vida cotidiana, no comércio, através do trabalho e na prestação de serviços. Essa situação aponta para a importância de estudos interdisciplinares de História e Antropologia para a compreensão da continuidade e das transformações pelas quais passaram a população indígena e a não-indígena, em relações negociadas e também conflituosas que foram feitas, desfeitas e refeitas no decorrer do processo histórico de desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, o principal objetivo do presente trabalho é apresentar e pontuar as principais questões referentes ao desenvolvimento da cidade, enfocando com particular interesse a presença indígena em seu interior, entre finais do século XVII e meados do XIX. A escolha de período tão longo de análise se justifica pela necessária compreensão do estabelecimento das relações interétnicas em momentos variados da história da localidade e seus contextos específicos como condição básica para o entendimento da situação contemporânea entre índios Fulni-ô e população águas-belense. Assim, nossa análise parte da percepção de uma situação atual configurada nas intensas relações entre índios e não-índios num mesmo espaço dividido por fronteiras territoriais e sociais que, em muitos momentos, se apresentaram completamente abertas a trocas e negociações.

De acordo com o historiador John Monteiro, o protagonismo de vários povos indígenas no Brasil, principalmente a partir de sua participação das discussões que dariam origem à Constituição Federal de 1988, é um dos fatores primordiais para pesquisadores de várias áreas repensarem a forma como a história dessas populações deve ser estudada. Dessa forma, o desafio que cabe ao historiador é o de conferir visibilidade aos agentes históricos indígenas na formação de sociedades, culturas, cidades, regiões e estados no Brasil, fornecendo diretrizes e fundamentos teóricos e metodológicos para a compreensão da participação indígena efetiva no Estado brasileiro.<sup>2</sup> Mesmo antes da formulação da Constituição de 1988, nas primeiras décadas

do século XX, vários povos indígenas do Nordeste conseguiram levar ao governo suas demandas por terra, sendo os índios Fulni-ô os primeiros da região a serem reconhecidos pela agência indigenista estatal, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).<sup>3</sup>

Esse protagonismo na constituição de demandas ao governo e as relações contínuas entre populações indígenas e não-índios são mais bem entendidos em seu desenvolvimento histórico ao tomarmos por referência de análise objetos e espaços em escala micro. A dinâmica social analisada a partir de uma cidade, um aldeamento, uma vila, uma família, ou até mesmo um indivíduo podem trazer diferenças significativas que permitam fazer correções às grandes interpretações generalizantes, dispostas a alcançar explicações aplicáveis às estruturas de uma sociedade. Como afirma Certeau “o historiador não é mais um homem capaz de constituir um Império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens.”<sup>4</sup> Não obstante, o trabalho numa escala micro não significa simplesmente aumentar ou diminuir o objeto no visor, mas perceber sua trama e forma, apontando para diferenças na análise macrosocial que tende a invisibilizar atores sociais tidos como submissos nos grandes processos históricos. O deslocamento do foco de análise, do macro para o micro, e os jogos de escala daí resultantes<sup>5</sup> instrumentalizam o questionamento sobre a presunção de submissão de agentes sociais expostos a diversas pressões econômicas, políticas e, especialmente, simbólicas. Concordamos com Ricoeur quando afirma que

*Na medida em que uma presunção de submissão dos agentes sociais parece solidária com uma escolha macro-histórica de escala, a escolha micro-histórica induz uma expectativa inversa, a de estratégias aleatórias, nas quais são valorizados conflitos e negociações, sob o signo da incerteza.*<sup>6</sup>

Assim, as estratégias e caminhos utilizados pelos índios habitantes da região entre a serra do Comunati e o rio Ipanema tomados como objetos de análise em diferentes momentos históricos ajudam na compreensão no processo de constituição da cidade de Águas Belas, conferindo visibilidade à participação indígena. No presente trabalho, nos deteremos na formação de uma cidade em relação com a população indígena de alguns aldeamentos. A partir dessa situação, podemos inferir que esse foi um processo articulado em várias outras localidades do interior de Pernambuco, onde há notícias de aldeias indígenas e, depois, a formação de cidades.

## **Fluxos e povoamento no espaço entre a Serra do Comunati e o rio Ipanema: formação do Aldeamento e da cidade de Águas Belas**

Anteriormente à fundação do povoado de Águas Belas em 1762, o seu espaço fora ocupado por índios de origens diversas aldeados e administrados por missionários. Ao mesmo tempo, foram realizadas doações de sesmarias a dois personagens importantes nas guerras de restauração do território pernambucano sob o domínio holandês: Nicolau Aranha Pacheco, que recebeu terras onde hoje estão situados os municípios de Águas Belas e Garanhuns, e João Fernandes Vieira, cujas doações correspondem à cidade de Pesqueira.<sup>7</sup>

Na mesma região dessas doações, entre os anos de 1681 e 1688, foram instaladas a Missão do Ararobá, inserida na Sesmaria do Moxotó dos padres da Congregação de São Felipe Neri; a aldeia de índios Carapotó, na serra do Comunati, administrada pelo capuchinho francês José de Bluerme; e a aldeia de índios Xocó, situada no vale do rio Ipanema.<sup>8</sup> A escolha dos lugares para a instalação das aldeias e para a doação de sesmarias elucida os interesses em questão pelas áreas, pois estas possuíam terras férteis devido à perenidade dos rios (Ipanema e Moxotó) e também pelos brejos de altitude, como a serra do Comunati e Serra do Ararobá, espaços onde o clima é ameno e a população instalada coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária.<sup>9</sup>

Ao percebermos as fronteiras entre as aldeias, sesmarias e fazendas de gado como algo permeável a trocas entre as populações e a fluxos constantes<sup>10</sup>, entendemos que a convivência nos aldeamentos entre grupos indígenas diversos, os seus prováveis deslocamentos por áreas próximas para caçar, pescar ou desempenhar trabalhos em localidades próximas, além dos contatos com missionários, não-índios e trabalhadores das fazendas e sesmarias da região, contribuíam para que os grupos indígenas estivessem num contínuo processo de reconstrução identitária a partir das relações que vivenciavam. Ao mesmo tempo, essas trocas levavam à formação de uma população local mestiça que daria origem, em conjunto com os indígenas, à formação de um povoado e, posteriormente, a uma cidade.

Essas reelaborações não foram somente promovidas pela proximidade entre territórios e contatos entre as fronteiras. A legislação do período, as funções das aldeias e a dinâmica social também possibilitavam essa situação. Nas aldeias, percebíamos a configuração dos principais interesses da Coroa portuguesa na Colônia, já que “o aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do

território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia”.<sup>11</sup> O projeto de colonização dependia fundamentalmente das relações estabelecidas com as populações indígenas, sendo os aldeamentos a forma por excelência de sua inserção na ordem colonial. Ao promover a evangelização de grupos indígenas variados nos aldeamentos, cumpriam-se os objetivos de ocupação e manutenção das terras por meio da transformação de índios em súditos cristãos da Coroa, e do provimento de mão-de-obra necessária aos empreendimentos coloniais.<sup>12</sup>

Essas aldeias passaram por transformações, que sugerem o deslocamento dos índios por territórios próximos, o seu reagrupamento e delimitação das novas fronteiras das terras que habitavam de acordo com a legislação em vigor. O Alvará de 23 de novembro de 1700 determinou que fosse doada uma légua de terra em quadra para cada missão, com o objetivo de prover o sustento dos índios e dos missionários, e que cada aldeia deveria ter 100 casais. Além disso, as aldeias deveriam ser situadas de acordo com a vontade dos índios, após aprovação da Junta das Missões, e sem a interferência de donatários e sesmeiros. Devido ao não cumprimento desse alvará, em 1705, a rainha de Portugal mandou que se desse execução às doações de terras aos índios para a constituição das aldeias.<sup>13</sup>

Assim, as aldeias existentes se reestruturaram de acordo com essa legislação e com as novas fronteiras administrativas coloniais. Em 1749, as aldeias dos Carapotó e dos Xocó não mais foram mencionadas em seu local de origem, respectivamente, a serra do Comunati e o rio Ipanema. Na serra, iremos encontrar a Aldeia da Alagoa da Serra do Comonaty, situada na Vila do Penedo, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, composta de caboclos da língua geral chamados Carnijó, sendo seu missionário um sacerdote do hábito de São Pedro. E na ribeira do Ipanema, encontraremos a Aldeia dos Carnijós, cujo missionário também era do hábito de São Pedro, e seus habitantes constavam de 323 índios “Tapuyos”, e estava localizada na Freguesia do Ararobá.<sup>14</sup>

Então, vemos que na área onde tivemos informações de terem existido três aldeamentos em finais do século XVII (Xucuru, Xocó e Carapotó), passaram a existir dois aldeamentos localizados entre a serra do Comunati e o rio Ipanema, ambos de índios Carnijó. Além da sua localização e dados sucintos sobre os missionários, não possuímos mais informações sobre esse grupo. Apesar dos poucos dados, alguns autores fazem uma ligação direta entre os Carnijó do século XVIII e os índios Fulni-ô

contemporâneos, pois ambos os grupos ocupariam os mesmos espaços no atual município de Águas Belas.

Não obstante, é crucial levar-se em consideração que na situação colonial, onde as relações e interações eram constantes entre vários grupos, não é possível traçar uma continuidade entre populações distantes temporalmente. Por isso, deve-se levar em conta a historicidade dessas culturas, ou seja, os processos históricos pelos quais passaram e através dos quais se transformaram, inclusive o de territorialização.<sup>15</sup> Ainda mais, quando se trata de aldeamentos que estavam localizados próximos uns dos outros e também próximos ou inseridos em espaços de ocupação de sesmeiros, o que sugere o intenso fluxo de trocas entre as fronteiras sociais e territoriais estabelecidas. É nesse sentido, que não é possível confirmar ou verificar uma continuidade entre os Carnijó dos setecentos com os Carnijó de finais dos oitocentos ou com os Fulni-ô do século XX, mas entender que essas populações indígenas passaram por processos históricos de mistura, de territorialização, de trocas com os Xocó (Shocó), Carapotó, Xucuru, Brancararu, Progez, Paraquióz, além dos contatos com missionários, vaqueiros e escravos, que resultaram na transformação e recriação de suas culturas e identidades. Este entendimento leva a uma desnaturalização das categorias coloniais e da sua pretensa linearidade temporal.

Essa situação se transformaria com a implantação das medidas tomadas pelo Marquês de Pombal em relação à posse americana de Portugal, principalmente a partir da implantação, em todo o Brasil, do Diretório de Índios em 1758. De forma sistemática, o Diretório determinava a implantação de uma série de medidas que deveriam ser tomadas relativas aos índios e seus costumes, bem como no que tocasse à administração de suas terras e às relações mantidas com não-índios. A transformação dos índios em vassalos do rei objetivava a negação da diversidade cultural dessas populações, num processo marcadamente assimilacionista.

Uma dessas mudanças foi a ordenação de transformar as aldeias em vilas e povoados com nomes portugueses, o que se iniciou em Pernambuco em 1758, quando o governador de Pernambuco recebeu ordens da Rainha de Portugal de transformar em vilas as missões administradas por Jesuítas, passando por esse processo cerca de sete aldeias nas capitanias do Rio Grande e do Ceará. Logo em seguida, em 1760, o Secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ex-governador do Pará), enviou um aviso ao governador de Pernambuco determinando

que todas as missões da capitania e suas anexas deveriam ser elevadas à vila, independentemente a qual ordem religiosa pertencessem.<sup>16</sup>

O ouvidor de Alagoas, responsável por esse trabalho ao sul da capitania de Pernambuco, criou novas vilas e lugares nas terras de vários aldeamentos. No sertão do Ararobá foi criada a vila de Cimbres (atual Pesqueira), no alto da serra do Ararobá, no mesmo lugar onde estava a grande aldeia de índios Xucuru. Compõe-se essa nova vila “dos índios da mesma antiga aldeia e de outros que andavam dispersos e foram obrigados a unirem-se no dito sítio, que todos constituem o número de 192 moradores e 722 almas.”<sup>17</sup>

Na base da serra do Comunati

*ficou denominado Povoação com este nome de Águas Belas, onde antes era Aldeia dos índios de nação Carinjós chamada do Comunaty, por estar situada junto de uma serra do mesmo nome no sertão da ribeira do Panema, que era do distrito do Ararobá, que lhe fica em distância de 30 léguas, consta de 130 fogos e de 410 almas.*<sup>18</sup>

A escolha desse lugar para um povoamento oficial é esclarecedora dos interesses em jogo, já que

*na descida da dita Serra do Comunati de uma e de outra parte da Ribeira, que da mesma nasce por onde chamam a Abra da Serra, se descobre a melhor terra de lavoura de todo o sertão, porque ao mais leve benefício da agricultura produz excelentes roças de maniba, milho, legumes e outras plantas de diversos nomes e de utilidade.*<sup>19</sup>

De acordo com os objetivos da legislação em vigor, Diretório de Índios (1758), foi incentivada a presença de não-índigenas nas aldeias no mesmo período em que foram estabelecidas as vilas e os lugares. Por isso, nessa época, um não-índio chamado João Rodrigues Cardoso se instalou na região da serra do Comunati. Existem algumas contradições entre os autores sobre as condições em que João Rodrigues Cardoso se estabeleceria na região e os seus objetivos. Todos os autores que tratam do assunto, embora divergindo sobre os meios e objetivos que fizeram esse não-índio chegar até lá, concordam que teria sido ele o responsável pelo início da povoação de Águas Belas.

As duas aldeias de índios Carnijó, a da serra do Comunati e a da ribeira do Ipanema, foram reunidas e posteriormente, em seu interior, foi criada a povoação de Águas Belas. No entanto, por termos acesso a poucos documentos sobre esse processo, não há como saber quais foram os mecanismos que fizeram com que as duas aldeias se

unissem ou mesmo como ocorreu a supressão de uma delas. Porém, de acordo com as disposições do Diretório em agrupar duas ou mais aldeias de maneira que totalizassem o número mínimo de 150 casais em um mesmo espaço, podemos inferir que as duas aldeias de Carnijó tenham sido unidas durante o processo de criação do Lugar de Águas Belas em 1762, já que nessa época, a aldeia do Ipanema não existia, “porque é a mesma do Comunaty acima compreendida em Águas Belas”.<sup>20</sup>

Podemos inferir também as modificações profundas que ocorreram no espaço das aldeias para que fosse construído um lugar nos moldes portugueses. A reforma urbana proposta por Pombal procurou europeizar os núcleos urbanos criados e também os antigos, prevendo um traçado ordenado onde a praça seria demarcada primeiramente e, logo em seguida, a igreja, o pelourinho, a casa da câmara, a cadeia e outras edificações públicas.<sup>21</sup> Esse novo reordenamento espacial, bem como as disposições do Diretório que influenciaram diretamente a vida nas aldeias, tais como a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, do uso de roupas européias, da utilização de nome e sobrenome portugueses e da imposição da moradia em casas no estilo português, trouxeram modificações profundas na vida cotidiana daquelas populações indígenas.

A criação de vilas e povoados em áreas onde já existiam aldeamentos e todo o processo de reordenação do espaço para o enquadramento nos padrões portugueses, a proposta de “civilização” dos indígenas a partir do incentivo ao contato com não-índios e o combate aos grupos que se negavam a seguir essa nova ordem, impulsionaram a formação dos futuros municípios e cidades pernambucanos. Em Águas Belas não foi diferente.

Logo depois de instalado o povoado de Águas Belas, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Panema, em 1766, sendo instalada por seu primeiro vigário, o padre José Lopes da Cunha, que passou a ter como matriz a capela erguida na antiga Missão da Lagoa da Serra do Comunati, ficando jurisdicionada à Diocese de Olinda.<sup>22</sup> Em 1787, D. Maria I, Rainha de Portugal, homologou a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Águas Belas e criou o distrito de mesmo nome, com sede na povoação.<sup>23</sup>

No século XIX, a freguesia de Águas Belas conseguiria um ganho territorial importantíssimo. Em 1832, o Sargento-mor dos índios, outros oficiais e soldados, em nome dos índios, realizaram uma doação de uma parte de terras para o aumento da igreja de Nossa Senhora da Conceição, que estava arruinada por falta de um patrimônio que pudesse cobrir suas despesas. Com essa doação, o tesoureiro do patrimônio dessa

igreja poderia aforar as terras dos que se interessassem em ali se estabelecer ou dos que já usufruíssem de alguma forma dos terrenos. Aos índios ficava reservado o direito de morar e construir casas sem nada pagar à Matriz.<sup>24</sup> Dessa forma, as terras da doação foram sendo arrendadas a não-índios, impulsionando o crescimento do centro urbano de Águas Belas no seio do aldeamento.

Até 1836 a freguesia de Águas Belas pertencia, juntamente com a do Buíque, à Comarca de Santo Antônio de Garanhuns. Apenas em 1871, Águas Belas conseguiria a sua emancipação como vila.<sup>25</sup> Assim, vemos que o desenvolvimento da cidade ocorreu numa relação íntima com as terras do aldeamento, e que os habitantes de ambas vivenciavam contatos intensos. Apesar dos processos de mistura ocorridos desde os primeiros contatos, da instalação de sesmarias e dos aldeamentos na região, e das propostas de assimilação, como ocorreu com a criação e desenvolvimento do povoado de Águas Belas, embasada na legislação do período pombalino, os índios Carnijó e a sua aldeia mantiveram-se distintos no interior da vila. Situação que possibilitou durante o século XIX, as suas reivindicações em torno das terras do Aldeamento do Ipanema, quando este passou pelo processo de extinção.

Embora tenham ocorrido profundas transformações do espaço compreendido entre a Serra do Comunati e o rio Ipanema nos séculos XVII e XVIII, da redução dos territórios indígenas em favor dos aldeamentos, da imposição de fronteiras territoriais da administração colonial, e da criação da cidade de Águas Belas, percebemos que os índios ali situados se utilizaram de várias estratégias em nível local em face de situações históricas que se modificavam. Essas estratégias foram fundamentais para a transformação da população indígena ali estabelecida, servindo para a compreensão da constituição da coletividade Fulni-ô que atualmente habita numa aldeia vizinha à cidade de Águas Belas.

Em face das metamorfoses históricas que ocorreram no espaço compreendido entre a serra do Comunati e o rio Ipanema no período colonial, e que teriam continuidade durante o século XIX, é importante perceber a participação indígena na formação do interior de Pernambuco, em sua própria constituição interna territorial e populacional. A interpretação de casos específicos, de vilas, povoados e aldeias, levando-se em consideração os pressupostos da micro-análise, podem trazer novos dados e informações que conferem visibilidade à atuação dos indígenas em seus estreitos relacionamentos com não-índios e, em escala ampliada, na própria reelaboração constante do país nas áreas mais afastadas dos grandes centros.

## Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARBALHO, Nelson. **Caboclos do Urubá. Caminhos e personalidades da História de Pesqueira**. Recife: FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Cronologia Pernambucana: subsídios para a história do agreste e do sertão**. Vol. 3. Recife: FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1982.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. **História de Garanhuns**. Recife: FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1983.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CONDEPE. **Perfil Municipal de Águas Belas**. 2008.

[http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p\\_1\\_id=PUB.1557.57](http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1557.57) visitado em 04 out 2009

COSTA, F. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2ª. ed. Recife: Fundarpe, 1983.

JONG, Ingrid de. “Introducción”. Dossier Mestizaje, Etnogénesis y Frontera. In: **Memoria Americana**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005. Vol. 13. p. 9-19.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da Liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2005.

MONTEIRO, John. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, Araci Lopes da. GRUPIONI, Luís, Donisete (org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. P. 221-228.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 13-42.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” in Cunha, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 2002. p. 115-132.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Resistência Indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas. 1757-1823.** Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 2004.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2008.

VASCONCELOS, Sanelva. **Os Cardosos de Águas Belas: estudo histórico, geográfico, sociológico e estatístico das Águas Belas e genealógico do seu fundador.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.

---

<sup>1</sup> CONDEPE. **Perfil Municipal de Águas Belas.** 2008.

[http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p\\_1\\_id=PUB.1557.57](http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1557.57) visitado em 04 out 2009. p. 1-2.

<sup>2</sup> MONTEIRO, John. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, Araci Lopes da. GRUPIONI, Luís, Donisete (org.). **A temática indígena na escola.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. P. 223-227.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 26.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 87.

<sup>5</sup> REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>6</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 230.

<sup>7</sup> CAVALCANTI, Alfredo Leite. **História de Garanhuns.** Recife: FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1983. p. 29. BARBALHO, Nelson. **Caboclos do Urubá. Caminhos e personalidades da História de Pesqueira.** Recife: FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1977. P. 87. BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana: subsídios para a história do agreste e do sertão.** Vol. 3. Recife: FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1982. P. 236-237.

<sup>8</sup> COSTA, F. Pereira da. **Anais Pernambucanos.** 2ª. ed. Recife: Fundarpe, 1983. p. 162. VASCONCELOS, Sanelva. **Os Cardosos de Águas Belas: estudo histórico, geográfico, sociológico e estatístico das Águas Belas e genealógico do seu fundador.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1962. p. 19.

<sup>9</sup> SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2008. p. 114.

<sup>10</sup> JONG, Ingrid de. “Introducción”. Dossier Mestizaje, Etnogénesis y Frontera. In: **Memoria Americana.** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005. Vol. 13. p. 17.

<sup>11</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” in Cunha, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 2002. p. 120.

<sup>12</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. P. 79-81.

<sup>13</sup> Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. In **Anais da Biblioteca Nacional.** Vol. 28. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphics da Bibliotheca Nacional, 1908. P. 393-394.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Op. Cit.

<sup>16</sup> LOPES, Fátima Martins. **Em nome da Liberdade:** as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2005. p. 131.

<sup>17</sup> “Relação dos novos estabelecimentos das vilas e lugares dos índios do Governo de Pernambuco da parte do Sul, executados por Manoel de Gouvea Alvares, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas” in Carta de Luis Diogo Lobo da Silva a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 23 de novembro de 1763. Apeje.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> “Relação dos novos estabelecimentos das vilas e lugares dos índios do Governo de Pernambuco da parte do Sul, executados por Manoel de Gouvea Alvares, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas” in Carta de Luis Diogo Lobo da Silva a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 23 de novembro de 1763. APEJE

<sup>21</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Resistência Indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas. 1757-1823.** Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 2004. p. 133.

<sup>22</sup> BARBALHO, Nelson. Op. Cit. 1982. p. 207.

<sup>23</sup> Idem. p. 152.

<sup>24</sup> Auto de doação de terras feita pelos índios de Águas Belas à Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Apeje. Diversos II, vol. 19. P. 78-80.

<sup>25</sup> VASCONCELOS, Sanelva. Op. Cit. p. 36-37.